

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2758.09 /2022.
PROJETO DE LEI Nº 2767.09 /2022.

Progresso, 26 de outubro de 2022.

Senhor Presidente e
Senhores Vereadores

Em cumprimento ao que determina a Legislação Federal e a Lei Orgânica Municipal, encaminhamos à apreciação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2023, elaborado de acordo com as metas estabelecidas no Plano Plurianual do período de 2022 a 2025, e Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2023, já aprovadas por essa Casa, seguindo também as determinações da Lei 4320/1964 e LC nº 101/2000.

A Receita foi orçada com base nas transferências constitucionais e na receita própria, o que foi embasado em demonstrativos de previsão repassados pelos Governos Federal e Estadual, além de estudos efetuados na Secretaria da Fazenda Municipal, relativos às possibilidades de arrecadação própria.

Para fixar a despesa, foi utilizado como parâmetro a experiência dos anos findados e do presente exercício financeiro e as projeções de novas metas, programas e atividades planejadas para o próximo ano.

Sendo a matéria de fundamental importância, solicitamos a colaboração dos senhores para a sua aprovação.

Cordialmente,

PAULO GILBERTO SCHMITT
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 2767.09, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.
ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL

Orça a Receita e Fixa a Despesa
do Município de Progresso para
o exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Progresso, Estado do Rio Grande
do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a
seguinte

L E I

Art. 1º A Receita do Município de Progresso para 2023 é
orçada em R\$ **35.000.000,00** (trinta e cinco milhões de reais) e será
arrecadada de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2023 é fixada em
R\$ **35.000.000,00** (trinta e cinco milhões de reais) e será realizada
de conformidade com as Leis Municipais nº 2568.09, de 29 de julho de
2021 (Plano Plurianual) e nº 2673.09, de 27 de setembro de 2022
(Diretrizes Orçamentárias), com as especificações constantes e
quadros anexos, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado, de acordo com o
disposto nos artigos 7, 42 e 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março
de 1964 e do artigo 165 da Constituição Federal, de 05 de outubro de
1988, e do artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de
2000, a abrir, durante o exercício, Créditos Suplementares, sejam
por redução, excesso de arrecadação e superávit financeiro, até o
limite máximo de 10% (dez por cento) da despesa total fixada.

Art. 4º O limite autorizado no artigo anterior não será
onerado quando o Crédito Suplementar se destinar a atender:

I - A abertura de Créditos Suplementares com a
finalidade de custear convênios firmados com a União e com o Estado
do Rio Grande do Sul, até o limite do valor repassado e seus
rendimentos financeiros, indicando como fonte de recursos auxílios.

II - Insuficiências de dotações do grupo de natureza da
despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de
recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo
grupo, excesso de arrecadação e/ou superávit financeiro do exercício
anterior.

III - Despesas financiadas com recursos vinculados, operações de crédito e convênios mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo recurso, excesso de arrecadação e/ou superávit financeiro do exercício anterior.

IV - Pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida.

V - Despesas remanescentes de projetos concluídos, conforme estabelecidos no Anexo III - Metas e Prioridades da Lei nº 2673.09, de 27 de setembro de 2022 (Diretrizes Orçamentárias), os quais ao final de sua execução resultaram em valor menor que o inicialmente orçado.

Parágrafo Único: Não se enquadram no inciso I, do Art. 4º, as contrapartidas de competência desta municipalidade.

Art. 5º É o Poder Executivo vedado a realizar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado, mediante autorização específica do Poder Legislativo, realizar operações de crédito com destinação específica e vinculada ao projeto, nos termos da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, Capítulo VII, Seção IV, Subseção I.

Art. 7º Ficam automaticamente atualizados com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 2673.09, de 27 de setembro de 2022 (Diretrizes Orçamentárias), que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023.

Art. 8º O poder executivo poderá efetuar alterações nos código e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,
Em, 26 de outubro de 2022

PAULO GILBERTO SCHMITT
Prefeito Municipal

REGISTRE-S E PUBLIQUE-SE

Secretária de Administração e Planejamento